

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

2º Semestre 2007

REFERÊNCIA: POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS (S) PLANO (S) DE BENEFÍCIOS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 07/03/2008, verificou a documentação disponibilizada pela entidade para análise do resultado da Política de Investimentos e apresentou a seguinte manifestação:

1 – Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores

Verificamos, com base na documentação suporte, que a entidade está mantendo a gestão dos recursos, em atendimento às diretrizes da Política de Investimentos.

1.1 – Rentabilidade

Com base nos relatórios de investimentos da Funsejem, verificamos que o retorno consolidado dos investimentos financeiros no ano de 2007 foi de 14,36%. Este resultado corresponde a 101% do índice de referência da Política de Investimentos da Funsejem, calculado com base na variação do índice IGPM + 6% a.a.

O resultado segregado por tipo de gestão ficou da seguinte forma:

- a) Gestão Conservadora – o retorno dos investimentos nesta gestão foi de 11,66%, o que corresponde a 99% do CDI. O resultado da gestão conservadora foi prejudicado no segundo semestre pelo baixo desempenho dos títulos de renda fixa pré fixados atrelados a inflação, mesmo assim, o resultado apresentado nos relatórios estão alinhados com o perfil conservador destes investimentos;
- b) Gestão Agressiva – o retorno dos investimentos nesta gestão foi de 17,20%, o que corresponde a 146% do CDI. Este resultado também superou o objetivo de retorno estabelecido na Política de Investimentos, de CDI + 3,5%, para avaliação de performance dos gestores.

No que diz respeito ao limite de risco e enquadramento global dos investimentos, não apontamos nenhum desequilíbrio legal.

1.2 – Custos da Gestão

Verificamos, com base na documentação suporte, que os custos administrativos com gestão de recursos ficaram dentro do planejado e foram os seguintes:

- a) Consultorias: R\$ 63.792,53
- b) Custódia: debitada dos FICFÍ's
- c) Taxa de administração: não há
- d) Taxa de controladoria: R\$ 51.869,46

1.3 – Controle de Riscos

Verificamos, com base na documentação suporte, que os riscos de crédito e da divergência não planejada estão em conformidade com os estabelecidos na Política de Investimentos.

REFERÊNCIA: CONTROLES INTERNOS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 07/03/2008, verificou a documentação disponibilizada para análise da aderência e eficiência dos controles internos e apresentou a seguinte manifestação:

1 – Segregação de Atividades e Funções

Verificamos, com base na estrutura organizacional e funcional, que as atividades e funções estão segregadas, consoante ao que estabelece o artigo 10º da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

2 – Calendário de Obrigações

Verificamos, com base nos controles internos, que a entidade está cumprindo o seu calendário de obrigações junto a SPC/MPS, Receita Federal, participantes, patrocinadores e conselhos.

3 – Cronograma de Controles Internos

Verificamos que a entidade elaborou o cronograma de adequação dos controles internos, consoante ao § 1º do artigo 23, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

4 – Regimento Interno e Código de Ética e Conduta

Verificamos que a entidade adota: um regime interno de controles, em adequação à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004; o Código de Ética e Conduta do Grupo Votorantim, e um Manual de Governança Corporativa próprio.

5 – Controles Internos

Verificamos que a entidade possui os seguintes controles internos:

- Controle das contribuições,
- Controle dos benefícios concedidos,
- Controle das contas dos participantes,
- Controle da portabilidade,
- Controle da contabilidade por planos,
- Controle dos custos tributários,
- Controle da execução orçamentária,
- Controle da Política de Investimentos,
- Controle da agenda de obrigações junto a SPC/MPS, Receita Federal e divulgações.

Com base nas verificações e análises dos controles internos, manifestamos que os controles da entidade estão adequados ao modelo de governança proposto na Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

REFERÊNCIA: ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 07/03/2008, verificou o Parecer Atuarial 2007 e apresentou a seguinte manifestação:

1 – Hipóteses e Métodos Atuariais

- Para as hipóteses e métodos atuariais empregados nos cálculos atuariais dos compromissos e custos representados pelo Plano de Benefícios VCNE, foram utilizadas as seguintes:
- Hipóteses Atuariais – Foram mantidas as mesmas hipóteses atuariais utilizadas em 2006, com exceção da taxa real anual de juro que foi reduzida de 6% a.a. para 5% a.a., tendo em vista o cenário de redução da taxa real de juro no longo prazo.
- Tábuas Biométricas – A tábua de mortalidade geral é a AT-1983, de modo que reflete a expectativa de vida da população avaliada e se adequa às exigências estabelecidas pela Resolução CGPC nº 18/2006.

Para esse plano, foi recomendado pelo Atuário que, de acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras continuem efetuando em 2008, sem prejuízo do pagamento das parcelas previstas no Instrumento Particular de Confissão de Dívida, a contribuição de 9,56% da folha de salários, sendo 0,97% correspondente ao custo normal, mais 8,29% para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir – Serviço Passado e 0,30% para cobertura de despesas administrativas.

- Em relação ao Plano de Benefícios VotorantimPrev, estruturado na modalidade de contribuição definida, as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes.

REFERÊNCIA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 07/03/2008, verificou a documentação disponibilizada pela entidade para análise do resultado da execução do planejamento orçamentário e apresentou a seguinte manifestação:

1 – Execução do Custeio Administrativo

Verificamos que as receitas e despesas estimadas estão sendo realizadas acima de suas estimativas, conforme demonstrado a seguir:

Acompanhamento Orçamentário Custeio Administrativo

DESCRIÇÃO	ORÇADO	REALIZADO	RESULTADO
FONTES DE CUSTEIO	R\$ 1.934.879.52	R\$ 1.988.434.57	R\$ 53.555.05
Administração Previdencial	R\$ 1.659.932.10	R\$ 1.885.916.37	R\$ 225.984.27
Administração dos Investimentos	R\$ 105.540.00	R\$ 115.661.99	R\$ 10.121.99
DESPESAS	R\$ 1.765.472.10	R\$ 2.001.578.36	R\$ 236.106.26
ADMINISTRAÇÃO DO PREVIDENCIAL	R\$ 1.659.932.10	R\$ 1.885.916.37	R\$ 225.984.27
Pessoal/Encargos Sociais	R\$744.257.11	R\$ 781.293.10	R\$ 37.035.99
Serviços de Terceiros	R\$ 437.400.00	R\$ 564.943.01	R\$ 127.543.01
DESPESAS GERAIS	R\$ 455.750.99	R\$515.276.47	R\$ 59.525.48
Comunicação	R\$ 294.118.99	R\$ 349.264.55	R\$ 55.145.56
Outras despesas	R\$ 161.632.00	R\$ 166.011.92	R\$ 4.379.92
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	R\$ 22.524.00	R\$ 24.403.79	R\$1.879.79
ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	R\$ 105.540.00	R\$ 115.661.99	R\$ 10.121.99
Serviços de Terceiros	R\$ 105.540.00	R\$ 115.661.99	R\$10.121.99

COMENTÁRIOS:

- Houve aumento da contribuição em função do aumento das folhas de salários das patrocinadoras.
- As despesas com pessoal e encargos aumentaram por conta de promoções e contratação de novo estagiário.
- As despesas com serviços de terceiros ultrapassaram o valor projetado em função de trabalhos extras, tais como a contratação de trabalhos desenvolvidos pela Towers Perrin não previstos no contrato de consultoria, alteração dos regulamentos dos planos VCNE e VotorantimPrev e trabalho de matriz de riscos. Também houve pagamento a SFR-Previtec para fechamento das Demonstrações Financeiras após o encerramento do contrato de contabilidade no início de 2007.
- Os valores realizados no item comunicação também superaram o valor orçado devido à aprovação da reformulação do site iniciada no final de 2007, o envio de comunicados extras via correio, a edição gráfica dos novos regulamentos e o material de divulgação dos mesmos.
- O item outras despesas é composto por materiais de escritório e informática, encargos diversos, tarifas bancárias e entidades de classe. Ultrapassou o limite orçado devido ao custo do programa de treinamento a multiplicadores.
- As despesas com depreciação fecharam o semestre com valor superior ao projetado em função de aquisições relativas à mudança não prevista para o 1º andar, como janelas anti-ruídos. As amortizações também aumentaram com o valor pago pela licença de uso do software SQL.
- Os serviços de terceiros no grupo de administração dos investimentos superaram o previsto em orçamento, devido ao aumento das taxas de controladoria, em função do crescimento do patrimônio da Funsejem, e do pagamento de consultoria para a reformulação do sistema de empréstimos, de acordo com o novo regulamento.

São Paulo, 07 de março de 2008.

André Monteiro
Presidente do Conselho Fiscal

Daniel Parizi
Conselheiro Suplente

José Domingos Carile
Conselheiro